

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres Findos em 30 de Junho de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais)

aumento do capital social, integralizado em espécie, no valor total de R\$ 3.600, com alteração na quantidade de ações passando de 1.392.942 para 1.480.246 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.
b. Reserva legal: Constituída no final do exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.
c. Reserva estatutária: A reserva estatutária, denominada reserva especial no estatuto da Companhia é constituída após deduções legais, ao final de cada exercício social, sendo destinada à amortização de even-

tuais prejuízos em exercícios futuros, aumento de capital social ou distribuição de bonificações aos acionistas, por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho da Administração, observada as prescrições legais.
d. Dividendos: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de março de 2008, foi deliberado pelos acionistas pagamento de dividendos no valor de R\$ 3.625 sobre o lucro apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2007.

14. Detalhamento das contas do resultado

a. Prêmios ganhos, sinistros líquidos e despesas de comercialização de operações com plano de assistência à saúde

Ramos	Prêmios Ganhos		Sinistros Líquidos			Despesas de Comercialização				
	2008	2007	2008	2007	% (*)	2008	2007	% (*)		
Individual	31.627	33.211	23.096	73,0	24.165	72,8	1.317	4,2	1.368	4,1
Coletivo	120.626	103.756	88.735	73,6	77.246	74,5	9.326	7,7	7.598	7,3
	152.253	136.967	111.831	73,5	101.411	74,0	10.643	7,0	8.966	6,6

(*) Refere-se ao total de sinistros líquidos e/ou despesas de comercialização, dividido pelo total de prêmios ganhos de operações com plano de assistência à saúde antes dos tributos.

b. Despesas administrativas

	2008	2007
Pessoal próprio	10.890	10.045
Localização e funcionamento	6.199	6.191
Serviços de terceiros	3.211	2.313
Contingências trabalhistas e cíveis	571	641
Publicidade e propaganda	359	485
Despesa com tributos	298	229
Outras despesas administrativas	208	109
	21.736	20.013

c. Receitas financeiras

	2008	2007
Títulos de renda fixa privados	4.200	4.045
Títulos de renda fixa públicos	1.228	1.280
Receitas com depósitos judiciais	431	156
Receitas com créditos tributários	21	1
Outras receitas financeiras	333	70
	6.213	5.552

d. Despesas financeiras

	2008	2007
Despesas financeiras sobre contingências	613	367
Impostos e contribuições sobre transações financeiras - CPMF	42	595
Outras despesas financeiras	10	26
	665	988

15. Reconciliação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

	2008		2007	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	10.185	10.185	12.129	12.129
Ajustes Temporários	2.051	2.051	1.087	1.087
Provisões para contingências judiciais	2.234	2.234	1.017	1.017
Provisões para devedores duvidosos	(112)	(112)	23	23
Ajuste ao valor de mercado de TVM	21	21	-	-
Outros ajustes temporários	(92)	(92)	47	47
Ajustes Permanentes	13	13	11	11
Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	12.249	12.249	13.227	13.227
Imposto de renda e contribuição social (*)	3.051	1.453	3.295	1.190
Incentivo Fiscal	(74)	-	(79)	-
Créditos tributários da majoração da CSLL de 9% para 15%	-	(890)	-	-
Tributos diferidos sobre ajuste ao valor de mercado de TVM	(5)	(3)	-	-
Créditos tributários sobre diferenças temporárias do período	(507)	(253)	(422)	86
Outros	12	-	-	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.477	307	2.794	1.276

(*) Calculado com base nas alíquotas vigentes, vide nota 3a.

16. Outras informações

a. Seguros: A Companhia mantém apólices de seguro em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas em seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros contratados em 30 de junho de 2008 era de R\$ 2.420 para os riscos de incêndio empresarial e lucros cessantes.

b. Instrumentos financeiros derivativos: Em 30 de junho de 2008 e 2007, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

c. Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência:

	2008	2007
Margem de Solvência		
Patrimônio Líquido Contábil	62.505	47.744
Despesas antecipadas	(140)	(136)
Patrimônio Líquido Ajustado	62.365	47.608
a) 20% dos prêmios retidos anuais (últimos 36 meses)	53.617	49.232
b) 33% dos sinistros retidos anuais (média dos últimos 60 meses)	60.478	55.658
c) Margem de solvência (valor de A ou B, o maior)	60.478	55.658
Suficiência	1.887	(8.050)

Em razão do não-atendimento à margem de solvência requerida, em 30 de dezembro de 2004 a Companhia protocolou Plano de Recuperação Financeira na ANS.

As medidas propostas no Plano de Recuperação foram integralmente cumpridas e, ao final do primeiro semestre de 2008 o patrimônio líquido ajustado é superior em R\$ 1.887 o valor da margem de solvência requerida.

Conselho de Administração	Diretoria	Contador	Atuário
<ul style="list-style-type: none"> Francisco Caiuby Vidigal Presidente do Conselho de Administração Alvaro Augusto Vidigal • Roberto Caiuby Vidigal • Moysés Leme 	<ul style="list-style-type: none"> Francisco Caiuby Vidigal Diretor Presidente Francisco Caiuby Vidigal Filho Diretor Vice-Presidente 	<ul style="list-style-type: none"> Marivaldo Medeiros - Diretor Gerente Milton Bellizia Filho - Diretor Eduardo Ribeiro do Valle Vidigal - Diretor 	<ul style="list-style-type: none"> Regivaldo José Dallemole CRC nº 1SP137.234/O-9 Almir Martins Ribeiro MIBA 707

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Acionistas e Diretores da **Marítima Saúde Seguros S.A.**, São Paulo - SP
 Examinamos os balanços patrimoniais da **Marítima Saúde Seguros S.A.**, levantados em 30 de junho de 2008 e 2007 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendiam: **(a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Seguradora; **(b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e **(c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Seguradora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Marítima Saúde Seguros S.A.**, em 30 de junho de 2008 e 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/07.
 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) incluindo mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil as quais aplicar-se-ão às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2008. Algumas dessas mudanças dependerão, para sua integral implementação, de normatização a ser emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). As demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à promulgação da

Lei nº 11.638/07 e em consonância com as normas contábeis em vigor instituídas pela ANS aplicáveis às seguradoras especializadas em saúde.
 Nosso parecer sobre as demonstrações financeiras correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2007, datado de 24 de agosto de 2007, incluiu um parágrafo de ênfase sobre a insuficiência de patrimônio líquido ajustado em relação à margem de solvência requerida. Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16(c), ao longo do semestre findo em 30 de junho de 2008 o patrimônio líquido ajustado superou a margem de solvência requerida, estando a Seguradora enquadrada nos limites mínimos estabelecidos pela RN nº 14/2002.

22 de agosto de 2008

KPMG
 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

José Rubens Alonso
 Contador CRC 1SP104350/O-3